

A POLÍTICA GOVERNAMENTAL PARA A PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

GOVERNMENT POLICY FOR POSTGRADUATE STUDIES IN INFORMATION SCIENCE IN BRAZIL

Johanna W. Smit¹

A expressão - política governamental para a pós-graduação - no caso brasileiro direciona à *Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES), em nome da qual não posso falar mas da qual sou consultora. De fato, o sistema de pós-graduação brasileiro foi sendo sistematizado, acompanhado e avaliado pela CAPES ao longo dos últimos 22 anos, num processo iniciado em 1977 que certamente apresentou falhas mas é, de modo geral, considerado bastante positivo. A CAPES submeteu-se a uma avaliação externa em 1997 e boa parte das recomendações emanadas pela comissão de avaliação externa está sendo implementada. As inovações em curso podem ser organizadas ao redor de dois grandes eixos, a saber: a reformulação do processo de avaliação dos programas de pós-graduação e a abertura ou consolidação de novas frentes de atuação.

Iniciarei pelo resumo destes dois eixos de ação e, em seguida, proporei uma reflexão mais acadêmica sobre a situação atual da pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil.

1 A REFORMULAÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Como a avaliação traz muitas conseqüências para os programas de pós-graduação esta acaba monopolizando o debate. A avaliação continua sendo mais quantitativa do que a comunidade desejaria, mas apresentou uma série de inovações que tendem a relativizar o aspecto quantitativo. Para a avaliação realizada em 1998 duas decisões tiveram por objetivo aproximar a avaliação da comunidade avaliada:

- Solicitar que cada área ponderasse os quesitos e itens de avaliação², atribuindo-lhes pesos, e incorporasse itens considerados pertinentes;
- Solicitar que cada área valorasse seus canais de divulgação da produção.

Em outros termos, a CAPES propôs um modelo geral de avaliação, com uma série de itens pré-fixados, já consagrados ao longo do tempo, mas permitiu a **inclusão**

¹ Professora do *Curso de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo* (CBD/ECA/USP). E-mail: cbdjoke@usp.br

² A CAPES ordena os **itens** de avaliação em 7 grades conjuntos, denominados **quesitos**: Proposta do programa; Corpo docente; Atividade de pesquisa; Atividade de formação; Corpo Discente; Teses e dissertações; Produção intelectual. Cada quesito, por sua vez, se subdivide em 4 a 6 itens: 4 itens comuns a todas as áreas avaliadas pela CAPES e 2 itens livremente propostos por cada área.

de novos itens e solicitou que cada área determinasse o **peso relativo de cada quesito e item** para efeito do cômputo final da avaliação. A partir da avaliação realizada em 1998, as diferentes áreas da pós-graduação passam a ser avaliadas por critérios diferenciados.

As áreas, a partir desta decisão da CAPES, encaminharam a questão de modos bastante variados, num leque indo desde a tomada de decisão pelo coordenador de área e consultores até a organização de reuniões com representantes dos programas envolvidos, e conseqüente tomada de decisão pela maioria presente. Esta última alternativa foi adotada pela área Ciências da Informação e Comunicação, consolidada numa reunião realizada em São Paulo (28 e 29/3/1998), à qual compareceram representantes de todos os cursos envolvidos, bem como os presidentes da *Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia* (ANCIB) e *Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação* (COMPÓS), na qual se debateu uma proposta de itens e pesos de avaliação para a área. As decisões tomadas foram efetivadas na avaliação realizada em junho de 1998, exceção a alguns itens propostos na reunião mas não contemplados nos relatórios dos programas.

A necessidade de avaliação dos canais de divulgação da produção da área foi igualmente exposta na reunião de São Paulo, designando-se uma comissão para organizar uma proposta. A CAPES solicitou que cada área informasse que canais privilegia, quais têm circulação nacional ou internacional, que canais são mais acadêmicos, e assim por diante, abandonando a visão unitária e homogênea que tradicionalmente era imposta pelas ciências exatas e da vida. A proposta da área foi encaminhada a todos os programas de pós-graduação em Ciência da Informação e Comunicação, solicitando-se correções. Em resumo, as modificações introduzidas na avaliação, a partir das opiniões expressas pela comunidade da Ciência da Informação e Comunicação, geraram duas conseqüências importantes:

- Os programas de pós-graduação da área foram chamados a interferir no processo, opinando.
- Os programas de pós-graduação da área foram avaliados de acordo com decisões tomadas pela maioria, não cabendo mais a figura da vítima avaliada de acordo com parâmetros que não lhes dizem respeito.

Obviamente, tendo em vista a novidade da discussão e, principalmente, a complexidade das questões envolvidas, o processo representou um progresso indiscutível mas não pode ser considerado concluído. Aperfeiçoamentos ainda se fazem necessários, tanto em algumas ações de competência da CAPES (p. ex., tornar o preenchimento do DATA-CAPES mais amigável e menos trabalhoso para os programas) como também por parte dos programas que, em boa parte pela própria dificuldade representada pelo preenchimento do DATA-CAPES, têm descurado seu preenchimento, comprometendo a avaliação.

A avaliação CAPES de 1998 apresentou ainda outras inovações. Se até então a unidade de referência residia nos cursos, a CAPES considerou que esta prática reforçava

"a idéia de um paralelismo entre o mestrado e o doutorado, [levando] à adoção de procedimentos que, no mínimo, podem ser caracterizados como artificiais, como é o caso, por exemplo, de se pressupor a separação do corpo docente, produção científica, linhas de pesquisa, disciplinas oferecidas, infra-estrutura ..." (CAPES 1998d, p.2).

A mesma tradição de avaliação por cursos, ainda na análise da CAPES, levou igualmente ao *"superdimensionamento do papel do mestrado"* e à *"consagração de um*

rígido esquema seqüencial entre o mestrado e o doutorado". A partir desta análise a CAPES optou pela avaliação de programas, e não mais pelo desempenho individual de cada curso por ele oferecido. E considera que a pós-graduação, ao nível de mestrado, está bastante consolidada em termos nacionais e que agora a ênfase deve ser dada à formação ao nível de doutorado. Finalmente, a pontuação adotada nos anos anteriores, de A a E, foi substituída por uma pontuação diferenciada, numa escala de 1 a 7. Constatou-se ao longo do tempo, que cada vez mais, os cursos alcançavam a pontuação A, o que por um lado apontava para a melhoria do sistema de pós-graduação mas por outro lado deixava de ser uma pontuação discriminante. Os níveis 5, 6 e 7 passaram a discriminar programas até então classificados pela letra A. E, em função da atual valorização do doutorado, estabeleceu-se que os programas que só oferecem o mestrado não poderiam ser avaliados além do nível 5.

2 A ABERTURA OU CONSOLIDAÇÃO DE NOVAS FRENTES DE ATUAÇÃO

Duas modalidades de apoio à pós-graduação configuram frentes de atuação relativamente recentes que merecem ser ressaltadas: o mestrado interinstitucional e o mestrado profissionalizante.

O mestrado interinstitucional (CAPES 1998c) nasceu em decorrência do *Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica* (PICDT), na medida em que se constatou que o PICDT, em determinadas circunstâncias, deixava de cumprir seu objetivo pela dificuldade que certas instituições de ensino superior enfrentavam para liberar os docentes que se propunham a realizar mestrado em outras instituições ou regiões do país. O Subprograma Mestrado Interinstitucional foi criado pela CAPES para enfrentar os problemas detectados, e supõe que uma instituição promotora, que ofereça um programa de pós-graduação consolidado, ofereça o mesmo programa no *campus* de uma outra instituição, considerada receptora. Ainda não houve tempo para que os mestrados interinstitucionais da área de Ciências da Informação e Comunicação possam ser avaliados, mas, seguramente, eles serão avaliados pelos mesmos critérios adotados para os demais programas da área, visando à manutenção do nível de qualidade.

O mestrado profissionalizante, por sua vez, decorre de uma análise da CAPES segundo a qual os mestrados existentes atendem quase que exclusivamente ao mercado acadêmico, detectando-se demandas por outro tipo de profissionais especializados, "*que não poderão ser formados como um subproduto de cursos de pós-graduação vocacionados para a qualificação acadêmico-científica*" (CAPES 1998d, p.2). A questão parece recente, mas não o é. Prevista pelo *Conselho Federal de Educação* (CFE) desde 1965, apenas recentemente, o mestrado profissionalizante voltou a ser discutido (CAPES 1998a). Dado o caráter aplicado de muitos procedimentos da Ciência da Informação, o mestrado profissionalizante parece ser muito pertinente, vindo complementar o mestrado *stricto sensu* na formação de recursos humanos mas permitindo, ao mesmo tempo, sua distinção. Muitas iniciativas de formação, hoje rotuladas cursos de especialização, apresentam o perfil de mestrados profissionalizantes.

Uma última ação da CAPES deve ser mencionada: o *Programa de Apoio à Integração Graduação/Pós-Graduação* (PROIN) que objetiva "*a melhoria do ensino de graduação, com ênfase nas disciplinas que envolvam estudantes de fases iniciais dos cursos de graduação, através de projetos centrados numa estreita articulação entre a graduação e pós-graduação*" (CAPES 1998b, p.1). O *Programa* pretende, ao articular ações entre estudantes de graduação e projetos de pesquisa de pós-graduação, gerar produtos que contribuam para a melhoria do ensino de graduação, almejando, a médio

prazo, uma formação de mestrado que não precise mais sanar falhas do ensino de graduação. Por mais que, aparentemente, o PROIN favoreça instituições que oferecem graduação e pós-graduação na mesma área, ele não é excluyente e prevê casos diferenciados. Ele é, segundo o coordenador da área Ciências da Informação e Comunicação da CAPES, muito pouco explorado pelos programas da área.

3 A PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

Inicialmente, cabe destacar que este tópico pressupõe uma definição do campo da Ciência da Informação, e da conseqüente delimitação de suas interfaces com outros campos do saber. Desnecessário dizer que não há uma única definição, e que as tentativas de sistematização tropeçam invariavelmente em duas questões: a natureza da informação que nos diz respeito e a dicotomia entre um desenho da área que prioriza o produto ou o processo. (Smit 1998b)

A informação perpassa a linguagem corrente e o cotidiano em sentidos tão variados que temos imensa dificuldade para caracterizar o objeto da pesquisa em Ciência da Informação, distinguindo-o de outras informações que igualmente circulam pelo tecido social e comunicacional mas não nos dizem respeito. Opções devem ser feitas, e proponho uma delimitação do objeto a uma informação que é estocada tendo em vista uma utilidade que lhe foi conferida pela comunidade e por esta razão deve ser disponibilizada. Esta informação, além de estocada (física ou virtualmente) deve ser, principalmente, organizada, para justificar sua estocagem e permitir que a mesma cumpra um papel social. Ao que tudo indica, a especificidade da área é mais facilmente destacada através do processo (a organização tendo em vista uma utilidade futura) do que do insumo e/ou produto (a informação).

O processo que norteia e caracteriza a Ciência da Informação significa, assim, um recorte específico no universo informacional, e que subentende que a informação é organizada visando à sua disponibilização para uma determinada comunidade. A identificação desta comunidade, por sua vez, é pressuposta na medida em que os parâmetros que norteiam a organização da informação somente podem ser justificados em função de uma comunidade específica. O universalismo, tão presente na pesquisa em Ciência da Informação, neste sentido, deve ser constantemente confrontado com o localismo (Coelho, 1997, p.242-243). A questão demanda um maior aprofundamento, mas por ora basta esta visão, ainda muito intuitiva, do campo da Ciência da Informação, ressaltando sua função última, qual seja a disponibilização da informação organizada, ou estruturada, de acordo com parâmetros institucionais.

A pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em Ciência da Informação existe no Brasil desde 1970 e está em franca expansão. Vários programas têm sua origem em Cursos de Biblioteconomia, sendo que hoje a maior parte traz em seu nome o termo Informação ou a expressão Ciência da Informação. No entanto, a passagem da Biblioteconomia para a Ciência da Informação, na pós-graduação, ainda que muitas vezes insuficientemente discutida do ponto de vista epistemológico, pode ser analisada enquanto conseqüência de uma preocupação com a construção teórica, e portanto, menos calcada em profissões e atividades regulamentadas.

A concepção reinante no meio acadêmico acerca da função da pós-graduação certamente explica a preocupação com uma abordagem mais voltada para a teoria. De acordo com os textos legais, o mestrado é um estágio para o doutorado e forma preferencialmente professores do ensino superior, ao passo que o doutorado forma pesquisadores. (Souza, 1997).

Os programas de pós-graduação em Ciência da Informação, reconhecidos pela CAPES no início de 1998, somam cinco: *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*, *Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia* em convênio com a *Universidade Federal do Rio de Janeiro* (CNPq-IBICT/UFRJ), *Pontifícia Universidade Católica de Campinas* (PUC/CAMP), *Universidade de Brasília* (UnB), *Universidade Federal de Minas Gerais* (UFMG) e *Universidade Federal da Paraíba* (UFPB). Depois da última avaliação, programas novos foram implantados mas, ao que consta, ainda não recomendados pela CAPES. Uma análise mais detalhada de programas, projetos e linhas de pesquisa destaca, no entanto, uma tendência à organização de programas que combinem, de formas variadas, os campos da Ciência da Informação e da Comunicação, apontando para um fenômeno que foi formalizado pela CAPES e que vem amadurecendo na prática. A Ciência da Informação está presente em vários programas da área da Comunicação, sob forma de área de concentração, linha de pesquisa ou até, ainda que de forma embrionária, sob forma de projetos de pesquisa abrigados em uma linha de pesquisa mais ampla. Do ponto de vista formal vale lembrar que na atual estrutura de avaliação dos programas de pós-graduação da CAPES, no seio da área Ciências Sociais Aplicadas I, um único comitê avalia o conjunto dos programas de Comunicação e Ciência da Informação, e um único docente representa as duas áreas. O que pode parecer, no âmbito da CAPES, uma decisão operacional (juntar num único comitê duas áreas), encontra no entanto uma ressonância muito mais profunda se, além dos formalismos, analisarmos o que é efetivamente proposto pelos diferentes programas.

O movimento de aproximação que pode ser constatado entre os programas de pós-graduação em Comunicação e Ciência da Informação demanda uma análise mais aprofundada, mas seguramente não é casuístico. Submeto a seguir uma interpretação preliminar do fenômeno e que reflete o anseio da área, de substituição de uma abordagem pragmático-imediatista, contemplada pelo ensino de graduação, por uma abordagem de cunho mais teórico. Esta abordagem mais teórica gerou naturalmente a constatação segundo a qual as atividades exercidas profissionalmente nas instituições disponibilizadoras de cultura somente se justificam em função de parâmetros sobre os quais não têm domínio mas que determinam suas políticas, ou seja: a questão do usuário, sua necessidade informacional e a circulação e utilização da informação disponibilizada.

A contextualização da informação num ambiente mais amplo, que lhe confere o **sentido**, a **justificativa** e a **visibilidade social**, atualiza a discussão sobre as interfaces teóricas da Ciência da Informação com outras áreas do conhecimento. Sem aprofundar o debate sobre a decantada interdisciplinaridade da Ciência da Informação (propos uma discussão em Smit 1998^a), destaca-se nitidamente a tendência pela ampliação do horizonte da Ciência da Informação para a área de Comunicação, principalmente se lembrarmos que a clássica mudança de paradigma - do sistema (e seu acervo) para o usuário - determinou uma maior atenção às necessidades informacionais deste usuário e às dificuldades por ele encontradas para, efetivamente, se apropriar da informação disponibilizada pelas instituições. A questão pode ser formulada nos seguintes termos: a informação, organizada, em si, não faz nada, não gera nada, não altera nenhum processo ou conhecimento (Barreto, 1994). Mas o indivíduo, desde que tenha acesso à informação, consiga decodificá-la e incorporá-la em sua rede cognitiva, faz algo com a informação (Sfez, 1996). De forma mais ampla, pode-se afirmar que **a informação estocada, organizada e disponibilizada somente adquire sentido quando a mesma passa a circular e é apropriada pelos indivíduos, completando o ciclo**. Em suma, a

informação que não pode ser comunicada não adquire sentido. A Ciência da Comunicação, principalmente através das teorias de recepção, fornece o quadro teórico-referencial para discutir as variáveis intervenientes na circulação da informação e analisar a adequação comunicacional dos procedimentos propostos pela Ciência da Informação. Em função do que precede pode-se considerar que havia, em agosto de 1998, 13 programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil que aliavam, de formas certamente bastante diversificadas, os campos da Ciência da Informação e da Comunicação, conforme resumido pelo Quadro 1.

Quadro 1
Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação /
Comunicação (dados de ago. 1998)

IES	PROGRAMA
PUC/CAMP	Biblioteconomia e Ciência da Informação
UFBA *	Ciência da Informação
UFMG	Ciência da Informação
UFPB	Ciência da Informação
UFRJ/IBICT	Ciência da Informação
UnB	Ciência da Informação
UNESP*	Ciência da Informação
UFF	Comunicação, Imagem e Informação
UFPE *	Comunicação e Informação
UFRGS	Comunicação e Informação
UNI-RIO	Memória Social e Documento
UNISINOS	Ciência da Comunicação
USP	Comunicação (área de concentração em Ciência da Informação e Documentação)

Nota: (*) cursos em processo de credenciamento

O Quadro 1 pode ser detalhado, se a ele forem acrescidas as linhas de pesquisa dos diferentes programas (cf. Anexo). Os quadros, baseados em dados disponíveis na CAPES e informações recentemente sistematizadas pela ANCIB, foram compostos prioritariamente a partir da análise dos projetos de pesquisa em andamento nos diferentes programas e portanto não espelham, forçosamente, a distribuição oficial dos

programas por áreas do conhecimento. Creio, no entanto, detectar a partir destes quadros a organização de uma área de pesquisa voltada para a organização da informação e sua transferência, delineando uma definição possível para a Ciência da Informação.

Na sociedade atual, em rápida e constante mutação, além da geração de saberes novos, torna-se imprescindível uma constante insatisfação em relação ao saber existente e uma salutar competência para discutí-lo e tentar modificá-lo. A pós-graduação deve, portanto, não somente almejar o aperfeiçoamento e o acúmulo do saber, mas a criação de uma postura flexível e investigativa. Se a pesquisa pressupõe esta postura investigativa, a pós-graduação deve fornecer condições para que a mesma floresça. Em resumo, a Ciência da Informação deve refletir sobre sua abordagem moderna, determinada pelo princípio do acúmulo (Wersig, 1993), ou a horizontalização dos conhecimentos, e cogitar acrescentar à mesma uma abordagem pós-moderna, que "*aceita a multiplicação das diferenças, substituindo a procura da identidade permanente ou estável pela deriva ao sabor das identificações sucessivas e provisórias*" (Coelho, 1997, p.311). Em outros termos, a pós-graduação é certamente o foro adequado para repensar a organização da informação, extrapolando as quatro paredes de bibliotecas, centros de documentação ou informação, arquivos e museus, vislumbrando suas modalidades de efetiva intervenção na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, A. de A. A questão da informação. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.8, n.4, p.3-8, 1994.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Portaria Nº 080, de 16 de dezembro de 1998*. 1998a. [online]. Available from World Wide Web: <<http://www.capes.gov.br>>. [20 abr. 1999].
- _____. *Programa de apoio à integração graduação/pós-graduação*: edital 01/98. 1998b. [online]. Available from World Wide Web: <<http://www.capes.gov.br>>. [20 abr. 1999].
- _____. *Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica - PICDT. Subprograma mestrado interinstitucional*: versão vigente a partir de junho de 1998. 1998c. [online]. Available from World Wide Web: <<http://www.capes.gov.br>>. [20 abr. 1999].
- _____. *Reformulação do sistema de avaliação da pós-graduação*: o modelo a ser implantado na avaliação de 1998 (documento em discussão). 1998d. [online]. Available from World Wide Web: <<http://www.capes.gov.br>>. [20 abr. 1999].
- CASTRO, C.M. *Ciência e universidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- COELHO, T. *Dicionário crítico de política cultural*: cultura e imaginário. São Paulo: FAPESP/Iluminuras, 1997.
- SFEZ, L. Informação, saber e comunicação. *Informare*: Cad. do Prog. de Pós-Graduação em Ci. Inf., Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.5-13, 1996.
- SMIT, J.W. A perspectiva interdisciplinar da informação no contexto da Ciência da Informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 12, 1998, João Pessoa. [s. l.: s. n.], 1998a
- _____. A reforma do estado e a formação profissional no campo da informação. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS DA INFORMAÇÃO DA UFF, 2 REUNIÃO DA ANCIB/SUDESTE, 1, 1998, Niterói. *Anais...* Niterói: NEINFO, 1998b. [disquete, p.42-50].

- SOUZA, P.N.P. de. *LDB e ensino superior*: estrutura e funcionamento. São Paulo: Pioneira, 1997.
- WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing & Management*, [s. l.], v.29, n.2, p.229-239, 1993.

ANEXO
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO / COMUNICAÇÃO (Situação ago. 1998)

IES	PROGRAMA	LINHAS DE PESQUISA
PUC/CAMP	Biblioteconomia e Ciência da Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Administração de serviços, bibliotecas, arquivos e informação • Desenvolvimento e administração de programas de leitura • Filosofia/história da biblioteconomia
UFBA	Ciência da Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Informação científica, tecnológica e empresarial • Informação para indústria e negócios • Políticas e gestão da informação • Tecnologia, redes e sistemas de informação
UFMG	Ciência da Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Informação e sociedade • Informação gerencial e tecnologia • Tratamento da informação e bibliometria
UFPB	Ciência da Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Informação e cidadania • Informação e sociedade • Informação para o desenvolvimento regional
UFRJ/IBICT	Ciência da Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Epistemologia, interdisciplinaridade e ciência da informação • Estrutura e fluxo da informação • Informação, ciência e sociedade • Informação, cultura e sociedade • Informação, tecnologia e sociedade • Processamento da informação
UnB	Ciência da Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação científica • Ensino de biblioteconomia • Planejamento, administração, gerência e avaliação de bibliotecas e sistemas de informação • Processos e linguagens de indexação
UNESP	Ciência da Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão interdisciplinar da informação • Informação, comunicação e tecnologia • Tratamento da informação
UFF	Comunicação, Imagem e Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e experimentação da imagem e do som • Comunicação, tecnologia e informação • Mídia e discurso
		<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação, informação e sociedade

UFPE	Comunicação e Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação, suportes e transferência da informação • Mediação simbólica na dinâmica social
UFRGS	Comunicação e Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação e indústrias culturais no cone sul • Informação e novas tecnologias • Mídia e estudos culturais
UNI-RIO	Memória Social e Documento	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura e memória social instituída • Cultura histórica e documento • Direito e justiça • Documento e instituição social da memória • Documentos e relações interculturais • Imagem e estratégias da memória • Memória, documento e ação cultural
UNISINOS	Ciência da Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos cognitivos e tecnologias da informação • Linguagem, mídia e recepção • Processos intersemióticos
USP	Comunicação	<p>Área de concentração: Ciência da informação e documentação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ação cultural • Análise documentária • Geração e uso da informação • Informação, comunicação e educação